

Nova política permite a queda do juro

Concretização da expectativa depende, porém, do ajuste fiscal

Vicente Nunes e Mônica Izaguirre
de Brasília

O alargamento e a mudança no ritmo de atualização da banda cambial têm como objetivo principal abrir espaço para a queda das taxas de juros, disse o novo presidente do Banco Central, Francisco Lopes. "A flexibilidade que estamos dando ao câmbio potencializa a redução", afirmou ele, acrescentando, porém, que isso não é suficiente. Mesmo com o novo regime, a queda dos juros continua dependendo, segundo Lopes, da resposta que o Congresso dará na votação do ajuste fiscal.

Dependendo do avanço que for obtido no Congresso, o BC poderá até ser mais ousado na próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), marcada para dia 27, disse Lopes. "Mas essa ousadia não impedirá que o BC seja cuidadoso, ou medroso, como já nos chamaram vários analistas", afirmou.

O novo presidente do Banco Central contou que foi o desejo do presidente Fernando Henrique Cardoso e de toda a sociedade brasileira de que as taxas de juros sejam reduzidas, que levou à flexibilização da política cambial. Mas ele fez questão de ressaltar que o BC não se intimidará em aumentar novamente as taxas de juros se houver necessidade de o governo defender o real contra novos ataques especulativos. Ele lembrou que, além da política monetária, o BC dispõe ainda de US\$ 45 bilhões em reservas cambiais, incluindo os quase US\$ 10 bilhões emprestados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), para preservar o câmbio e manter a estabilidade econômica.

Lopes explicou que o espaço para queda de juros será decorrente da

desaceleração do ritmo de desvalorização cambial, após absorvido o impacto inicial de alargamento da banda, que causou ontem uma forte alta das taxas no mercado futuro. Quanto menor for a evolução da taxa câmbio, mais baixo pode ser o piso dos juros necessário à atrair capitais, pois menor é a parcela da remuneração consumida pela desvalorização do dólar na hora de reconvertê-lo e mandar os recursos de volta ao exterior.

O novo presidente do BC acrescentou que uma faixa mais flexível de flutuação do câmbio tende a melhorar a qualidade dos capitais que vem para o país, pois torna o ambiente menos propício aos capitais especulativos de curto prazo. Justamente por ter sua remuneração mais afetada pela variação cambial no curto prazo, os capitais especulativos correm mais risco quando o intervalo de flutuação aumenta. Francisco Lopes aproveitou a ocasião para reconhecer, "com toda a humildade", que foi "um erro" do BC adotar medidas para facilitar a entrada de capitais especulativos de curto prazo após a crise da Ásia, no fim de 1997. Em função da sua volatilidade, esses recursos só criaram mais instabilidade inchando artificialmente as reservas cambiais.

O presidente Fernando Henrique Cardoso e ministro da Fazenda, Pedro Malan, reforçaram os efeitos da mudança no câmbio nas taxas de juros. "Há espaço para a queda dos juros tanto ansiamos", afirmou o presidente. "As mudanças são estratégicas para a flexibilização do câmbio, de forma que o governo possa ter escopo para um eventual

declínio das taxas de juros", disse Malan. "Mas isso não é tudo", destacou o ministro. "A velocidade com que as taxas de juros domésticas cairão dependerá do nosso empenho, firmeza e determinação em perseguirmos o Programa de Estabilidade Fiscal (PEF)", afirmou.

"Estamos cumprindo os objetivos na área fiscal aos quais nos propusemos", acrescentou o ministro, num claro recado aos investidores internacionais, que, por desconfiança na capacidade de o País cumprir as metas fiscais do acordo com o FMI, não param de retirar dinheiro do Brasil. Na tentativa de mostrar

Redução das taxas será decorrente da desaceleração do ritmo de desvalorização

serenidade, num dos momentos mais difíceis enfrentados pela economia brasileira, o ministro da Fazenda garantiu que a meta do governo central de fechar o ano passado com superávit primário (sem as despesas com juros) de R\$ 5 bilhões foi cumprida, assim como a promessa de redução do déficit nominal (que leva em conta os juros da dívida).

O governo, na avaliação de Francisco Lopes, será muito beneficiado pela queda dos juros, pois terá uma grande economia nos gastos com a dívida pública. Ele não quis, no entanto, dimensionar qual será a redução dos gastos com juros, até porque, nesse primeiro momento, será de pelo menos 9% o impacto, para cima, no custo da parcela da dívida pública atrelada ao câmbio. Dos R\$ 290 bilhões da dívida mobiliária (em poder do mercado), 21% são corrigidos pela variação cambial, ou seja, os R\$ 60,9 bilhões foram acrescidos, da noite para o dia, em R\$ 5,4 bilhões.